



1.

ATA

Aos dezassete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro.-----

Secretariou a Diretora de Departamento, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.0 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1 – Vereador Bruno Fernandes – a) - Começou por dizer que a Câmara Municipal teve, recentemente, uma vitória judicial relativamente à contenda que tinha com um dos proprietários dos terrenos da Cidade Desportiva, pelo que esperava que, na última reunião do executivo camarário, o Presidente da Câmara tivesse informado este órgão de que a Câmara Municipal tinha, em Tribunal, conseguido pagar aquilo que era o valor justo num processo judicial motivado pela compra de terrenos para a construção da Cidade Desportiva. Disse que este é um processo que envergonha a Câmara Municipal e quem, ao longo de muitos anos, o conduziu, acrescentando que, em 2012, a Autarquia aprovou pagar pelos referidos terrenos três vezes mais do que o valor que vai efetivamente pagar. Considerou que o Presidente da Câmara quis evitar este assunto e que deveria pedir desculpa aos vimaranenses pela possibilidade de ter sido feito um negócio ruinoso para os

cofres da Autarquia; **b)** - Referiu um requerimento apresentado sobre o abate de árvores, nomeadamente eucaliptos, no Cerco da Costa, em terreno propriedade da Autarquia, e ao qual ainda não foi dada resposta. -----

2 – Vereador André Coelho Lima – a) - Também relativamente à Cidade Desportiva, disse que em 2012 houve uma reunião de Câmara, sobre este assunto, recordando a discussão ocorrida na altura. Acrescentou que, volvidos muitos anos sobre aquelas discussões, este acórdão do Tribunal vem dar-lhe razão na defesa dos interesses do Município; **b)** – Referiu o anúncio da instalação, em Famalicão, do maior terminal ferroviário da Península Ibérica, um investimento privado com a participação do Estado, num reconhecimento da justeza do local escolhido. Disse que o concelho de Guimarães deve ficar satisfeito pela proximidade de algo que será marcante na região norte, podendo os nossos empresários beneficiar do pioneirismo e da importância desta infraestrutura. -----

3 – Vereador Hugo Ribeiro – Referiu uma notícia vinda a público relativamente à falta de certificação do heliporto do Hospital da Senhora da Oliveira para receber os meios aéreos de emergência. Assim, perguntou ao Presidente da Câmara se sabia da situação e que diligências pensava tomar para resolver a situação, invocando a Proteção Civil como argumento para que o Presidente da Câmara exerça influência no sentido de que este equipamento seja licenciado. -----

4 – Presidente da Câmara – a) - Sobre os terrenos da Cidade Desportiva e a permuta dos terrenos da Quinta do Outeiro, recordou que foi um processo iniciado em 1999, sendo hoje uma infraestrutura que orgulha todos os vimaranenses do ponto de vista da sua dimensão, dos equipamentos ali instalados e da fruição pelos munícipes. Disse que o Presidente da Câmara que o antecedeu já respondeu às questões levantadas e reportadas ao período compreendido entre 1999 e 2013, entendendo que não deve



L.

pronunciar-se sobre questões técnicas deste processo, designadamente sobre avaliações efetuadas por peritos oficiais. Acrescentou que, com este processo, se clarificaram os critérios que servem de base à aquisição de terrenos classificados na Reserva Agrícola Nacional, considerando justa esta decisão. Recordou que, em 2014, foi fixado e proposto um novo valor aos proprietários, valor que estes acabaram por não aceitar. Nesta sequência, foi intentada uma ação judicial que culminou com uma sentença do Tribunal da Relação a confirmar a decisão do Tribunal Judicial de 1.ª Instância que havia dado razão aos argumentos da Câmara Municipal. Ainda neste âmbito, informou que a Autarquia desencadeou um processo judicial contra a Reserva Agrícola Nacional (RAN) no sentido de manter os terrenos da Cidade Desportiva como terrenos agrícolas, tendo o Tribunal decidido a favor da RAN. Disse que o Presidente da Câmara que o antecedeu, assim como todo o executivo, fizeram o que, na altura, consideravam ser o melhor para a Autarquia, à luz dos pareceres técnicos emitidos sobre o assunto. A propósito, recordou a aquisição, por parte da Câmara Municipal, nos anos de 2014/2015, de uma parcela de terreno com cerca de 60.000 m² pelo preço de €12,50 m², valor que considera excecional. Terminou, dizendo que, apesar de todas as vicissitudes e não sendo uma matéria consensual, a Cidade Desportiva é um equipamento de excelência que a todos deve orgulhar; b) – Sobre o terminal ferroviário em Famalicão disse que a localização é a certa, considerando que fazia todo o sentido que tivesse sido atribuída a Famalicão esta infraestrutura, uma vez que aquele concelho tem um longo historial de indústria de exportação. Disse que considerava que Guimarães iria beneficiar de uma infraestrutura pesada como é o terminal ferroviário, pela sua proximidade com Famalicão, não sendo assim necessário que este fique no território concelhio. Felicitou o Município de Famalicão e a Associação Quadrilátero Urbano pela conquista desta logística

ferroviária, que fortalecerá a região e, em particular, três dos dez maiores concelhos exportadores do País: Guimarães, Famalicão e Braga, c) - Sobre o heliporto disse ter reunido ontem com o Presidente do Conselho de Administração do Hospital Senhora da Oliveira que lhe transmitiu não saber desta situação, já que tomou posse apenas há cerca de 2 meses, mas que estava a desenvolver os esforços necessários para que o heliporto fosse certificado pela Autoridade Nacional da Aviação Civil. Contudo, recordou que este assunto não era da responsabilidade do Presidente da Câmara, por se tratar de competência da Administração Central. A propósito, deu conhecimento da assinatura do contrato de consignação da obra de requalificação do serviço de urgência do Hospital Senhora da Oliveira. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Da seguinte informação da Divisão de Mobilidade e Transportes: **“Atualização tarifária na concessão dos TUG – 2019** - Considerando: A publicação da Portaria 298/2018, de 19 de novembro, republicada em 12 de dezembro, que estabelece regras gerais relativas à criação e disponibilização de títulos de transporte aplicáveis aos serviços de transporte público coletivo de passageiros, no âmbito da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, que aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), bem como a fixação das respetivas tarifas; No seu n.º 2, artigo 8, é referido que os contratos de prestação de serviço público de transportes de passageiros, celebrados antes da entrada em vigor da portaria, podem estabelecer regras específicas de fixação e atualização de tarifas; De acordo com o artigo 10 do caderno de encargos do contrato de concessão dos TUG, Regime Tarifário, a tabela de preços será atualizada no dia 1 de janeiro de cada ano, ou em data diferente desta aquando da atualização das tarifas dos transportes interurbanos. Para os Bilhetes Simples e Passes Sociais, os



L.

m

preços serão atualizados de acordo com a percentagem de aumento médio autorizada para os transportes interurbanos, com arredondamento para o múltiplo de 2 e 10 cêntimos imediatamente superior, respetivamente; Nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 6.º, do n.º 2, do artigo 7.º, e do artigo 13º, todos da portaria acima referida, o Município de Guimarães, enquanto Autoridade de Transporte, divulgou junto dos principais operadores a operar no concelho, a Taxa de Atualização Tarifária, a vigorar para o ano de 2019, nos serviços de transporte regular público coletivo de passageiros, da área geográfica sob sua tutela, 1,14%; Face ao exposto informámos que a tabela anexa se encontra em conformidade.” A referida tabela dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

2. Da seguinte informação: “Reflorestação do Monte de Monchique, Penha, Guimarães - O Município de Guimarães é proprietário da Quinta de Monchique e da Quinta da Barredo, com uma área florestal de cerca de 18 ha, formando um conjunto de mata onde predomina o povoamento de eucaliptos com degradação progressiva e desordenada. Neste contexto, a Câmara Municipal, através do Laboratório da Paisagem, solicitou um parecer técnico à Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, com vista à avaliação, recuperação e reflorestação das respetivas matas da Quinta de Monchique e Quinta do Barredo. De acordo, com o referido parecer técnico-científico, pretende agora, o Município operacionalizar os princípios estabelecidos nesse parecer, referentes ao enquadramento de uma gestão florestal sustentável com os critérios de conservação da biodiversidade, manutenção de sanidade e vitalidade dos ecossistemas, conservação e manutenção dos recursos em solo e água, manutenção da heterogeneidade da paisagem e conectividade de habitats. Este projeto de reflorestação desenvolve-se no âmbito do processo em curso de classificação da Montanha da Penha como área protegida, com a tipologia de Paisagem

Natural, bem como, do projeto das rotas da biodiversidade a implementar entre o Parque da Cidade e a Montanha da Penha. Assim, a Câmara Municipal irá iniciar durante este mês de janeiro as intervenções previstas, de acordo como o documento em anexo, tais como: o abate de eucaliptos, a regularização e limpeza dos terrenos e novas plantações.” O parecer técnico dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

-----DELIBERAÇÕES-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 3 DE JANEIRO DE 2019. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CÂMARA – PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS EM DIVERSOS DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO DO ESTADO –

Presente a seguinte proposta: “1. No passado dia 17 de agosto entrou em vigor a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprovou a **Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais**. 2. O art.º 4º desta Lei-quadro, sob a epígrafe **Concretização da transferência das competências**, determina, no seu nº 1, que “*A transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa.*” 3. Até esta data foram publicados os seguintes diplomas setoriais: Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro - **Gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado**; Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro **Autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo** (rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos



1.

m

de conhecimentos e passatempos); Decreto-Lei n.º 99/2018, de 28 de novembro - **Promoção turística interna sub-regional**; Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro - **Gestão das vias de comunicação**; Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro - **Justiça** (Reinserção social de jovens e adultos, prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, rede dos julgados de paz e apoio às vítimas de crimes); Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29 de novembro - **Gestão de projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento**; Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro - **Apoio às equipas de intervenção permanente das associações de bombeiros voluntários**; Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro - **Instalação e gestão das estruturas de atendimento ao cidadão** (Lojas de Cidadão e Espaços Cidadão, Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes); Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro - **Gestão da habitação**; Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro - **Gestão do património imobiliário público sem utilização**; Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro - **Estacionamento público**. Os enunciados diplomas legais têm impacto direto nos municípios (9 diplomas), nas entidades intermunicipais (4 diplomas) e nas freguesias (1 diploma). Aqueles diplomas setoriais produzem efeitos no dia 01/01/2019 e estabelecem que as autarquias que não pretendam aceitar a transferência das competências previstas em cada um dos referidos diplomas **para o ano de 2019** deliberem nesse sentido, nos órgãos deliberativos, devendo comunicar essa decisão à DGAL no prazo de 60 dias após a entrada em vigor desses diplomas. 4. Considerando as respetivas datas de publicação, a comunicação à DGAL deverá ocorrer até 31/01/2019 para os diplomas publicados a 27/11/2018, até 01/02/2019 para os diplomas publicados a 28/11/2018 e até 02/02/2019 para os diplomas publicados a 29/11/2018. 5. Pelo meu despacho de 14/12/2018, solicitei aos

responsáveis políticos e dirigentes da Câmara Municipal de Guimarães que se pronunciassem, na medida do possível, sobre a capacidade/preparação dos serviços municipais para assumirem as novas competências constantes dos aludidos diplomas setoriais publicados no domínio da descentralização administrativa. Das informações que me foram prestadas, conclui-se, de uma forma geral, que todos os 11 diplomas legais terão sempre uma significativa interferência nos respetivos serviços. Na verdade, estas novas competências terão um forte impacto organizacional, designadamente de natureza funcional e financeira – reclamando o reforço de recursos humanos e técnicos - visto que obrigará, entre outros, a estudar e definir novos procedimentos, criar e alterar regulamentos municipais (incluindo novas taxas), disponibilizar recursos tecnológicos necessários à execução dos novos serviços. 6. Por outro lado, a insuficiência de elementos ou informação nesta matéria não permite, com o mínimo de rigor, avaliar o real impacto que o processo irá provocar, quer nos serviços municipais, quer ao nível dos recursos, humanos, financeiros e patrimoniais, não estando, por isso, reunidas as condições para uma decisão de assunção de todas as competências já com efeitos a 2019. 7. Seria, assim, essencial desenvolver um estudo detalhado que permita identificar os impactos mais relevantes que o processo irá implicar, sobretudo no que respeita aos compromissos futuros decorrentes de recursos financeiros e patrimoniais, tendo em atenção as eventuais alterações a introduzir na atual estrutura orgânica municipal. 8. No que respeita ao Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro, que dispõe sobre transferência de competências no domínio da **gestão das vias de comunicação**, importa tecer as seguintes considerações: As vias de comunicação rodoviárias são infraestruturas fundamentais para a mobilidade das pessoas e para a atividade económica da região. A generalidade das estradas nacionais do concelho, cuja entidade gestora é



L1.

fu

atualmente a IP, SA, enquadram o conceito de perímetro urbano e, como tal, serão elegíveis no quadro de transferência de competências nos domínios da gestão das vias de comunicação. Contudo, é nas Estradas Nacionais 101, no seu tramo entre Guimarães e as Taipas, 105 e 206, no tramo remanescente entre Brito e Vermil, que este carácter urbano se enquadra na plenitude. Estas vias desempenham um papel fundamental na ligação às Vilas (Ponte, Taipas, Moreira de Cónegos, Lordelo, Brito e Ronfe), consignando um carácter urbano, associado ao edificado praticamente contínuo. Esta realidade, associada à classificação de localidade, com um conjunto de regras de trânsito inerentes, entre as quais o limite de velocidade máxima de 50km/h para os veículos ligeiros, será a mais relevante, não possuindo, porém, reflexo na sua vivência quotidiana e ambiente rodoviário. A requalificação destas vias, a cargo do Município de Guimarães, deverá constituir uma oportunidade para um significativo impulso à segurança rodoviária, designadamente dos modos suaves, quer pedonal, quer ciclável, em canal segregado, ao transporte público, pela criação de locais de paragem fora da faixa de rodagem, e resolução de locais de constrangimentos de circulação e de acumulação de acidentes. Neste contexto, tem constituído uma preocupação permanente por parte da Câmara Municipal a requalificação destas vias de comunicação, tendo já sido várias vezes solicitado ao Governo intervenções para esse efeito. Face ao exposto, não é ainda possível, com a parca informação disponível, produzir uma identificação objetiva dos tramos em perímetro urbano e subsequente apreciação do seu estado de conservação, que permita ao Município de Guimarães aceitar, sem reservas, as novas competências neste domínio. Importa ainda referir que, de acordo com o nº 7 do art.º 7.º "Mutações dominiais", *"Caso não haja acordo quanto à mutação dominial, é somente transferida para os municípios a competência de gestão dos troços de*

estrada e dos equipamentos e infraestruturas neles integrados, incluindo o subsolo (...)". Nos termos do n.º 2, do art.º 9º do referido diploma legal, "(...) *Caso não ocorra a mutação dominial, as competências de gestão transferida para os municípios não incluem a manutenção, conservação e reparação da zona da estrada, continuando essas funções a cargo das entidades atualmente competentes de acordo com o regime legal aplicável.*" Não tendo sido identificado e, por consequência, percecionado, o âmbito que a "gestão" dos troços a identificar implica, não queremos, contudo, deixar de propor a aceitação das novas competências nesta matéria, condicionada à aceitação da proposta do Governo quanto aos recursos financeiros que acompanham a mutação dominial das vias em causa. 9. Neste contexto, e considerando: Que os documentos previsionais para o ano de 2019 se encontram aprovados pelos competentes órgãos municipais, pelo que a aceitação das novas competências teria um impacto significativo sobre a execução orçamental; As novas competências terão um forte impacto organizacional, designadamente de natureza funcional e financeira, implicando também o reforço de recursos humanos e técnicos com provável alteração do mapa de pessoal, cuja dimensão não é possível de determinar nesta fase, já que se aguarda, ainda, a transferência das restantes competências previstas na referida Lei-quadro, concretamente nas áreas de Educação, Saúde, Ação Social e Cultura; Que o Orçamento de Estado de 2019, aprovado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, não consagrou o Fundo de Financiamento da Descentralização, conforme preveem os artigos 30.º-A e 80º-B do regime financeiro das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pela 51/2018, de 16 de agosto, não se conhecendo, portanto, quais os recursos que a Administração Central pretende afetar nesta matéria; O processo de transferência das competências implica a assunção de eventuais dívidas por parte das



L.

entidades da Administração Local, conforme dispõe o art.º 80º-D do RFALEI, dívidas que, por enquanto, são desconhecidas; Conclui-se que não se encontram reunidas as condições para ser tomada uma decisão de aceitação das novas competências já com efeitos em 2019, uma vez que é necessário conhecer o impacto que essas novas competências irão provocar nos serviços, que sempre implicarão um processo prévio de preparação e organização da estrutura funcional, bem como uma maior informação sobre a concretização desta transferência que não é possível obter no curto espaço de tempo concedido. Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal que o Município de Guimarães **não pretende a transferência, no ano de 2019, das competências constantes dos seguintes diplomas legais: Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro: transferência de competências no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres; Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro: transferência de competências no domínio da autorização da exploração das modalidades afins de jogos de fortuna e azar e outras formas de jogo; Decreto-Lei n.º 101/ 2018, de 29 de novembro - transferência de competências no domínio da justiça; Decreto-Lei n.º 103/2018 de 29 de novembro - transferência de competências no domínio do apoio aos bombeiros voluntários; Decreto-Lei n.º 104/2018 de 29 de novembro - transferência de competências no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão; Decreto-Lei n.º 105/2018 de 29 de novembro - transferência de competências no domínio da habitação; Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro - transferência de competências no domínio da gestão do imobiliário público sem utilização; Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro - transferência de competências no domínio do estacionamento público.** 10. Mais se propõe que, pelas razões acima aduzidas, **o Município de Guimarães aceite a transferência das**

competências previstas no Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro - vias de comunicação – tendo também em consideração que o diploma prevê a possibilidade de não haver acordo quanto à mutação dominial e, nessa medida, ser apenas transferida a competência de gestão dos troços de estrada e dos equipamentos e infraestruturas neles integrados (onde não se inclui a manutenção, conservação e reparação da zona de estrada), bem como a possibilidade de reiniciar todo o processo (n.ºs 7 e 9 do art.º 7º e n.º 2 do art.º 9º). Sabendo-se das habituais dificuldades jurídicas na interpretação das normas que, ao longos dos anos, têm procedido a exercícios desta natureza, e por necessidade da defesa indeclinável dos interesses do Município, clarifica-se que, sempre que, nomeadamente, intervenha a aplicação do disposto no n.º 7, do artigo 7º, do citado Decreto-Lei n.º 100/2018, o Município de Guimarães declara que o seu entendimento sobre o que significa *“gestão dos troços de estrada e dos equipamentos e infraestruturas neles integrados”*, não inclui a assunção da manutenção da via e respetivos custos. Algo que só poderá ocorrer no caso de existir acordo sobre o envelope financeiro a que o Município de Guimarães terá direito, por se substituir ao Estado, ou às empresas públicas nacionais, na assunção de novas competências. **11.** No que respeita às **transferências de competências para as entidades intermunicipais**, e atendendo a que, nos termos dos diversos diplomas setoriais que concretizam as mesmas transferências, o exercício das competências transferidas depende de prévio acordo de todos os municípios que as integram, cuja aprovação compete ao órgão deliberativo de cada município, propõe-se, pelas mesmas razões invocadas para a não-aceitação da transferência de competências constantes dos pontos 5 e 6, que não seja dado o acordo para o exercício das novas competências pela Comunidade Intermunicipal do Ave relativamente às competências constantes dos seguintes diplomas: Decreto-



L.

PC

Lei n.º 99/2018, de 28 de novembro - **transferência de competências no domínio da promoção turística**; Decreto-Lei n.º 101/ 2018, de 29 de novembro - **transferência de competências no domínio da justiça**; Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29 de novembro - **transferência de competências no domínio de projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimentos**; Decreto-Lei n.º 103/2018 de 29 de novembro - **transferência de competências no domínio do apoio aos bombeiros voluntários**. Por fim, tendo em conta o projeto geral de desenvolvimento do concelho, deve o Município de Guimarães interessar-se pelas oportunidades proporcionadas pela Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, sobre a transferência de competências para a administração autárquica. Na verdade, a descentralização constitui um processo da maior importância, uma vez que contribui significativamente para aumentar a eficiência administrativa, na medida em que a maior proximidade das autarquias locais relativamente às populações permite-lhes um melhor conhecimento do território e da realidade e, deste modo, uma mais racional e eficiente afetação de meios, tanto humanos como financeiros, de que resulta melhor serviço público – mais atempado, mais eficaz e mais económico.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

OBRAS PÚBLICAS - REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA FREITAS E FERNANDES PARA INSTALAÇÃO DA UNIVERSIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS - S. SEBASTIÃO - ERROS E OMISSÕES – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de dezembro de 2018, que rejeitou a lista de erros e omissões apresentada por um dos interessados ao procedimento em epígrafe, após análise por parte dos serviços da Divisão de Estudos e Projetos. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e**

votação da proposta por se considerar impedido, em virtude de ter pertencido à equipa do projeto da obra. -----

FREGUESIAS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS DE LORDELO E SELHO S. CRISTÓVÃO PARA GESTÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

– Presente a seguinte proposta: “Por deliberação de Câmara de 13 de abril de 2017, sancionada pela Assembleia Municipal em sua sessão de 26 de maio de 2017, foi aprovada a celebração dos seguintes contratos interadministrativos de delegação de competências: 1. Gestão e manutenção do Pavilhão Desportivo de Lordelo – Freguesia de Lordelo; 2. Gestão e manutenção do Campo de Jogos do Parque de Lazer de Selho – Freguesia de Selho S. Cristóvão. O prazo previsto para duração dos contratos terminou no dia 31 de dezembro de 2018. Considerando que se mantêm os mesmos pressupostos que ao tempo justificaram tal delegação de competências, proponho, nos termos do disposto na alínea k), do nº 1, do art.º 25º, na alínea m), do nº 1, do art.º 33º, do n.º 2 do artigo 117.º conjugado com o artigo 131.º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a celebração dos contratos interadministrativos de delegação de competências com as aludidas Freguesias para manutenção e gestão dos referidos equipamentos, no ano de 2019, conforme minuta em anexo, transferindo, para esse efeito, as seguintes verbas: 1. Freguesia de Lordelo - €3.000,00 – anual; 2. Freguesia de Selho S. Cristóvão - €3.500,00 – anual.” A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos solicitou a colaboração do Município,



L.

fu

através da cedência de autocarro, para o transporte da Tuna Universitária da Universidade Sénior de Moreira de Cónegos, no dia 08 de janeiro, ao Pavilhão Multiusos - Guimarães. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito da participação no Encontro de Reis e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização do veículo em causa, por meu despacho, de 08 de janeiro de 2019, foi deferido o pedido. Nos termos da alínea j) do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição deste tipo de apoios é da competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, pelo que se submete para ratificação destes órgãos municipais o transporte solicitado.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

URBANISMO - RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO DO PARQUE DE LAZER VISTA ALEGRE – Presente a seguinte proposta: “Refere-se a presente informação técnica ao pedido de reconhecimento de interesse público para o denominado parque de lazer da Vista Alegre que o município de Guimarães deseja promover em terreno sito na denominada veiga de Creixomil e marginal à rua das Eiras, união de freguesias de Candoso S. Tiago e Mascotelos (e classificado – plano diretor municipal – como solo rural, reserva agrícola nacional). Na sequência dos despachos favoráveis do chefe da divisão de planeamento e gestão urbanística e do vereador responsável pelo pelouro do urbanismo, ambos datados de 14 dezembro '18, julga-se reunidas as condições necessárias para submissão a decisão do Sr. Presidente sobre o reconhecimento de interesse público solicitado e posterior envio aos órgãos executivo e deliberativo do município para respetiva deliberação. Em anexo, junta-se a informação técnica antes produzida e que mereceu os despachos acima mencionados.” A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao

livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

URBANISMO – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO - TEMPO

MARAVILHA LDA – Presente a seguinte proposta: “Refere-se a presente informação técnica ao pedido de reconhecimento de interesse público (RIP), e aos esclarecimentos posteriormente prestados, que a empresa Tempo Maravilha, Lda. apresentou para terreno e edificação sítos na freguesia de Fermentões, tendo em vista um posterior reconhecimento de interesse público por parte da entidade tutelar da reserva agrícola nacional (ao abrigo do artigo 25, regime jurídico de reserva agrícola nacional). Verificando-se a consulta favorável da junta de freguesia respetiva (conforme ofício datado de 03 dezembro '18), julga-se reafirmar o teor da informação técnica antes produzida, submetendo-se à consideração superior a respetiva conclusão. Assim: A pretensão formulada visa o reconhecimento municipal da “mais-valia” da intervenção preconizada, reconhecimento formal desse que é documento obrigatório para a instrução do processo de RIP junto da entidade tutelar. Este mesmo reconhecimento municipal reposta à generalidade da intervenção, suas qualidades mais globais, não implicando qualquer vínculo ou análise a nível de controlo prévio (leia-se, licenciamento). A mesma pretensão foi já alvo de análise económica, tendo sido concluído pelo valor positivo e repercutido no município da atividade em presença. Do ponto de vista urbanístico, julga-se referir: 1. A área de intervenção afigura-se uma vasta propriedade agrícola, inserida numa ainda mais vasta mancha territorial classificada como reserva agrícola nacional, contendo já construções antigas (que apresentam valor imagético e de paisagem na sua inserção na envolvente e valor arquitetónico, este prejudicado pelo tempo longo em que esteve devoluto e, eventualmente, algumas intervenções recentes enquadradas por alvará de licença para



L.

pe

habitação) e uma construção (destinada a vacaria e armazém) licenciada e titulada pelo alvará 154/14; 2. A construção existente, objeto de intervenção, afigura-se inserida na paisagem, fazendo sentido a sua preservação enquanto valor e elemento integrante dessa mesma paisagem que o tempo e a história consolidaram; 3. A reconversão funcional de muitas destas construções para serviços e espaços de restauração e eventos apresenta-se recorrente, pressupondo (em muitos casos) uma interligação com a atividade agrícola que, julgando-se positiva, no caso presente não é detetável; 4. Sem prejuízo de tal, e na convicção da preservação dos valores arquitetónico e urbanístico significativos (ainda) em presença, será sempre preferível a reconversão funcional destas construções no sentido da permissão da respetiva manutenção, conservação e rentabilidade; 5. Porque suportada na especificidade da construção em causa e sua envolvente – que se encontre “naquele local específico”, não sendo transferível para outro local – reconhece-se que a intervenção só poderá ocorrer naquela construção (o que não significa que a atividade em causa não fosse possível (embora com contexto diferente) de acomodação noutros locais); 6. Dos desenhos apresentados, verifica-se que a intervenção passa pelo interior do edifício existente, relação e coexistência das funções de habitação e serviços (restauração) e criação de parque de estacionamento de apoio; 7. Não alterando a relação da construção com a envolvente nem a sua imagem relativamente à paisagem (do ponto de vista da construção), ao nível urbanístico (e de uma forma geral), julga-se que a pretensão em causa é passível de ser encarada favoravelmente sem prejuízo de (no âmbito do licenciamento): a. Ser apresentado plano de enquadramento paisagístico para a envolvente; b. Ser salvaguardada uma solução para o parque de estacionamento que privilegie a permeabilidade do solo e a arborização promovendo a integração e diluição do parque na paisagem; c. Seja

garantida e demonstrada a presença dos valores arquitetónicos em presença (ou seja, após o último licenciamento verificado e obras realizadas). Assim, face ao exposto e nos termos descritos, do ponto de vista urbanístico, julga-se poder encarar como possível a pretensão formulada (caso favorável a decisão, a mesma está sujeito a deliberação dos órgãos executivo e deliberativo municipais). (A pretensão reúne os pareceres técnicos de “desenvolvimento económico” e urbanístico favoráveis, e pronúncia favorável da junta de freguesia inerente à localização do terreno / área de intervenção).” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À**

APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PROTEÇÃO CIVIL – ATRIBUIÇÃO DE APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS (AHBV) DE GUIMARÃES E DAS CALDAS DAS TAIPAS – Presente a seguinte proposta. “A Lei n.º 27/2006, de 3 julho, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, aprova a Lei de Bases da Proteção Civil, a qual determina que “A proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, regiões autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram”. Conforme a Lei nº 65/2007 de 12 de novembro, que define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, é conferida aos Municípios a competência e a autoridade máxima local para a coordenação de operações da Proteção Civil, no âmbito concelhio, através do Serviço Municipal da Proteção Civil (SMPC), tendo um papel importante e primordial no que respeita à articulação com todos os agentes de Proteção Civil, à identificação e prevenção de riscos e a operacionalidade dos meios. Neste



1.

contexto, sem prejuízo da existência de outros agentes ou forças de intervenção o socorro e emergência à população, o combate a incêndios florestais e urbanos assenta nos corpos de bombeiros, sendo ainda reconhecido o seu importante papel na orgânica do Sistema da Proteção Civil. Assim, constitui como missão dos corpos de bombeiros a prevenção e o combate a incêndios, o socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes, a participação em outras atividades de proteção civil, o exercício de atividades de formação e sensibilização, com especial incidência para a prevenção do risco de incêndio e acidentes junto das populações, entre outras de reconhecido interesse público. Nesta conformidade, as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Guimarães e das Caldas das Taipas são instituições que se distinguem pelos serviços que prestam à comunidade e à causa pública, atuando, de imediato, em situações de socorro e emergência e, para além da sua atividade regular, participam ativamente nas Comissões Municipais de Proteção Civil, da Defesa da Floresta Contra Incêndios, no Conselho Municipal de Segurança, nos simulacros organizados pela autarquia, pelas escolas e outras instituições, bem como em todos os eventos que pela sua especificidade necessitam de um acompanhamento especial dessas corporações. Assim, em toda a atividade desenvolvida pelas corporações de Bombeiros de Guimarães e das Caldas das Taipas, verifica-se um desgaste de recursos materiais acentuados, de gastos com equipamentos de apoio aos incêndios, de gastos com águas e combustíveis, de formação especializada e contínua de forma a fomentar a melhoria da sua capacidade operacional, pelo que é permanente a necessidade de apoio à reposição e investimento, bem como ao cumprimento das suas missões de serviço público. Assim, sendo uma preocupação do Município de Guimarães o apoio à sustentabilidade

financeira das corporações de Bombeiros do concelho, têm sido atribuídos todos os anos subsídios regulares como forma de apoio às suas atividades. Nesta conformidade, foi criado para 2019 um conjunto de critérios objetivos para atribuição destes subsídios, de acordo com a Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto, numa ótica dos princípios de responsabilização, racionalidade, eficiência, transparência e proporcionalidade, assentes em medidas de risco e da atividade dos Corpos de Bombeiros. O subsídio é indexado a um orçamento de referência, conforme Plano e Orçamento Municipal aprovado, sendo a dotação a atribuir a cada Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários calculada de acordo com a seguinte fórmula, sendo os valores utilizados os inscritos na Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC): -----

$$Vt = \frac{20\% \times Ai \times Or}{AT} + \frac{30\% \times Pi \times Or}{PT} + \frac{20\% \times Ri \times Or}{RT} + \frac{10\% \times Oi \times Or}{OT} + \frac{20\% \times Qi \times Or}{QT}$$

OR = Orçamento de referência; Ai = Área abrangida pelo corpo de bombeiros da AHB, à data de 31 de dezembro do ano anterior, definida como a área de atuação pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC); AT = Somatório da área abrangida por todos os corpos de bombeiros das AHB; Pi = População abrangida pelo corpo de bombeiros da AHB, definida como a população residente na área abrangida pelo corpo de bombeiros da AHB de acordo com os dados mais recentes, à data de 31 de dezembro do ano anterior, do Instituto Nacional de Estatística, I. P.; PT = Somatório da população abrangida por todos os corpos de bombeiros das AHB; Ri = Índice de risco da área abrangida pelo corpo de bombeiros da AHB; RT = Somatório dos índices de risco de todos os corpos de bombeiros das AHB; Oi = Número de ocorrências em que o corpo de bombeiros da AHB atuou, definido como o número médio de ações de socorro em situações de emergência, efetuadas pelas equipas especializadas de socorro do corpo de bombeiros; OT = Somatório do número de ocorrências de todos os corpos de bombeiros



L.

fu

das AHB; Qi = Número de bombeiros elegíveis do corpo de bombeiros da AHB, definido como o número dos elementos do quadro de comando e do quadro ativo do corpo de bombeiros voluntários ou mistos registados no Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses, excluindo os elementos supranumerários; QT = Somatório do número de bombeiros elegíveis de todos os corpos de bombeiros das AHB. Assim, e de acordo com os critérios anteriores, junto remete-se quadro final, considerando o Orçamento de Referência para 2019 de €320.000,00. -----

	Valores absolutos	Ponderação	Distribuição	Valor afetar
Ai Total	24100	20%		
Ai Taipas	8100		34%	21 510,37€
Ai Guimarães	16000		66%	42 489,63€
Pop Total	158088	30%		
Pop. Taipas	33266		21%	20 201,00€
Pop. Guimarães	124822		79%	75 799,00€
Índice Risco Total	4,55	20%		
Índice Risco Taipas	2,27		50%	31 929,67€
Índice Risco GMR	2,28		50%	32 070,33€
N. ocorrências total	11620	10%		
N. Oc Taipas	4725		41%	13 012,05€
N. Oc GMR	6895		59%	18 987,95€
Valor pessoal	236	20%		
Valor pessoal Taipas	122		52%	33 084,75€
Valor pessoal GMR	114		48%	30 915,25€

Neste contexto, submete-se à consideração superior a atribuição dos seguintes subsídios relativos ao ano de 2019 às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas e de Guimarães, a pagar em 12 meses: -----

AH Bombeiros Voluntários Taipas	AH Bombeiros Voluntários Guimarães
119 737,84 €	200 262,16 €
37%	63%

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – ADITAMENTO AO PROTOCOLO CELEBRADO COM O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE RONFE - REGULAMENTO DE APOIO ÀS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL (REG. Nº 607/2010) – Presente a

seguinte proposta: “Em reunião de Câmara de 25 de janeiro de 2018 foi deliberado aprovar um aditamento ao protocolo celebrado a 31 de maio de 2017 ao Centro Social Paroquial de Ronfe, com um subsídio de €25.702,63 (vinte e cinco mil setecentos e dois euros e sessenta e três cêntimos) para obras de acabamento das instalações da Instituição. Na sequência desta deliberação, foi celebrado em 26 de janeiro de 2018 um aditamento ao protocolo em apreço, nos termos e em conformidade com o Regulamento nº 607/2010 de 15 de julho. Contudo, no passado dia 28 de dezembro de 2018, o Presidente desta instituição, João Manuel Marinho Teixeira da Silva, solicitou à Câmara Municipal um novo prolongamento, até ao final de 2019, do prazo para pagamento deste subsídio, dada a impossibilidade de conclusão das obras em questão por motivos do processo de licenciamento. Propõe-se assim, ao abrigo do artigo 19º do regulamento 607/2010, a aprovação deste pedido de alteração, que se traduz num aditamento ao atual Protocolo, onde conste: A alteração da Cláusula 2ª – Período de vigência do Protocolo, nos seguintes termos: *“Sem prejuízo do disposto na cláusula 6ª, o período de vigência deste Protocolo produz efeitos de 1 janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2019”.*” A minuta do aditamento ao protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – CASA DO POVO DE BRITEIROS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

– Presente a seguinte proposta: “No seguimento do pedido apresentado à Câmara Municipal no passado dia 11 de dezembro de 2018 pela Casa do Povo de Briteiros, para apoio ao pagamento de taxas e encargos associados ao processo de licenciamento de obras no edifício onde a instituição está sedeadada, informa-se o seguinte. Esta instituição foi fundada em 19 de janeiro de 1944, e assegura as valências de Creche, Centro de Atividades de Tempos Livres, Centro de Convívio, Serviço de Apoio Domiciliário e Cantina



Social, apoiando um total de 199 utentes, e tem-se distinguido pela qualidade da sua atuação e apoio efetivo na área geográfica do concelho que abrange. A Casa do Povo de Briteiros apresenta os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (n.º 607/2010 de 15 de julho) e, em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, submete-se para aprovação a atribuição de um subsídio no valor de €12.793,25 (doze mil setecentos e noventa e três euros e vinte e cinco cêntimos), ao abrigo do artigo 9.º do referido Regulamento. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – COMPARTICIPAÇÃO EM DESPESAS QUE VISAM A PROMOÇÃO DA FREQUÊNCIA DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS (ALÍNEA D) DO ARTIGO 2º DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE) – Presente a seguinte proposta: “Foi rececionada na Divisão de Ação Social uma candidatura para apoio na frequência de atividades ocupacionais, mais concretamente de hidroterapia. Após análise da mesma e subsequente estudo efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica do agregado familiar, bem como o valor respetivo da comparticipação a atribuir: -----

Nº Processo	Freguesia	Rendimento p/capita	Subsídio a atribuir
234001895/18	Azurém	€84,90	€269,70

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadra no consignado na alínea v) do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a concessão deste apoio à requerente, para a prática de hidroterapia, três vezes por semana, durante o período de 6 meses, cujo valor total se estima em €269,70 (duzentos e sessenta e nove euros e setenta cêntimos).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

AÇÃO SOCIAL - CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTA EULÁLIA DE NESPEREIRA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte

proposta: “O Centro Social e Paroquial de Santa Eulália de Nespereira solicitou, a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte dos idosos, no âmbito da atividade da Academia Sénior, no dia 14 de janeiro, ao Presépio do Instituto de Sezim, em Santiago de Cadoso. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 14 de janeiro de 2018, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA AQUISIÇÃO DE

ELETRODOMÉSTICOS – Presente a seguinte proposta: “Foram rececionadas na Divisão de Ação Social quatro candidaturas para apoio na aquisição de quatro eletrodomésticos: dois esquentadores, um termoacumulador e uma máquina de lavar roupa. Após análise das mesmas e subsequentes estudos efetuados pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica dos agregados familiares, bem como o valor respetivo da comparticipação a atribuir: -----

Nº Processo	Freguesia	Rend. P/ Capita	Subsídio a atribuir
187649723/18	Urgezes	€211,23	€413,90
102636419/18	Ronfe	€133,72	€175,00
157245837/18	Ponte	€16,64	€256,85
205203850/18	S. Torcato	R.D. Negativo	€199,90

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de



11.

Vulnerabilidade, que se enquadra no consignado na alínea v) do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a concessão destes subsídios aos requerentes, num valor total de €1.045,65 (mil e quarenta e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

CULTURA - ARCIPRESTADO DE GUIMARÃES E VIZELA - DIA DO EXÉRCITO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “Como é

consabido, o Dia do Exército esteve inicialmente previsto para ser assinalado em Guimarães em 2017, vindo posteriormente a ser adiado para 2018 em virtude do Luto Nacional decretado em memória das vítimas dos fogos florestais. Nestas duas ocasiões, o Exército pôde dispor das instalações do Colégio Egas Moniz, cedidas gratuitamente pelo Arciprestado de Guimarães e Vizela a solicitação da Câmara Municipal, no âmbito das responsabilidades que esta assumiu em matéria de disponibilização de instalações que viabilizassem a realização daquelas comemorações em Guimarães. Deste modo, o Exército ocupou o edifício e o seu logradouro para nele instalar a designada “Área de Serviços”, que desempenhou papel central em toda a logística associada à concretização do extenso e exigente programa do Dia do Exército. Tendo em vista que a utilização daqueles espaços originou um consumo elétrico muito superior ao habitual e que não houve lugar a qualquer cobrança pela sua ocupação, vem o Arciprestado de Guimarães e Vizela solicitar a atribuição de um subsídio que lhe permita fazer face ao acréscimo de encargos com os consumos elétricos verificados em 2017 e em 2018. Assim, considerando o interesse público de que se revestiu a realização do Dia do Exército em Guimarães e a necessidade de compensar a entidade pelos custos que teve que suportar com a cedência gratuita das instalações de que é proprietária para a sua realização, proponho, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, ao Arciprestado de

Guimarães e Vizela, de um subsídio de €10.000,00, destinado a suportar o acréscimo de encargos com consumos energéticos originados pela utilização das instalações do Colégio Egas Moniz como “Área de Serviços” do Dia do Exército em 2017 e 2018.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – ASSOCIAÇÃO ESPAÇO JACOBEOUS - UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO DA FRATERNA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta:

“A Associação Espaço Jacobeus – Confraria de São Tiago (adiante designada, abreviadamente, por AEJ) é uma associação de âmbito nacional com sede em Braga, constituída por Peregrinos e Amigos do Caminho de Santiago. A AEJ centra a sua atividade, desde 2004, na Informação e Preparação de Peregrinos que pretendam Peregrinar a Santiago de Compostela, especialmente, percorrendo o Caminho Português de Santiago. Recentemente, a AEJ elegeu os seus corpos sociais, tendo agora como Presidente da Direção um natural de Guimarães que, por esse motivo, elegeu a cidade como local para a tomada de posse dos novos dirigentes. A tomada de posse teve lugar no passado dia 6 de janeiro, no Auditório da Fraterna, sendo a Autarquia solicitada a comparticipar nos custos envolvidos na utilização do referido espaço, por incapacidade da AEJ para o efeito. Assim, considerando o interesse público de que se revestem estas ações, designadamente pela promoção de Guimarães junto dos peregrinos de Santiago, proponho, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, à Associação Espaço Jacobeus, de um subsídio de €145,00, destinado a suportar os custos de utilização do Auditório da Fraterna aquando da tomada de posse dos novos dirigentes da referida entidade.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – NELTUM - NÚCLEO DE ESTUDANTES DA LICENCIATURA EM TEATRO DA UMINHO - I ENET E PARTICIPAÇÃO NO FESTIVAL OFÉLIA -



h.

fu

ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “NELTUM é a designação do Núcleo de Estudantes da Licenciatura em Teatro da Universidade do Minho, que se constituiu em associação cultural sem fins lucrativos com sede em Guimarães. Propõe-se organizar, de 1 a 3 de março, na Plataforma das Artes e da Criatividade, o I ENET – Encontro Nacional de Estudantes de Teatro, visando proporcionar momentos de partilha de conhecimento, experiências e métodos artísticos entre artistas profissionais/investigadores e os futuros artistas, criar condições favoráveis à criação e consequente expansão de uma rede de contactos e explorar novos métodos de divulgação de resultados de investigação. Pretendem, por outro lado, reunir financiamento que lhes possibilite participar no Ofélia 2018, um Festival organizado pelo Curso de Teatro da Escola Superior de Artes e Design de Caldas da Rainha que promove intercâmbios entre escolas de teatro nacionais e internacionais, para aí apresentar a sua nova produção, que o NELTUM havia já disponibilizado gratuitamente para integrar a programação do Excentricidade. Assim, considerando o interesse público de que se revestem estas ações, designadamente pelo incentivo e apoio à criação artística com origem em Guimarães e à sua divulgação e circulação, proponho, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, ao NELTUM - Núcleo de Estudantes da Licenciatura em Teatro da Universidade do Minho, de um subsídio de €2.000,00, destinado a suportar os custos de organização do I ENET - Encontro Nacional de Estudantes de Teatro e da sua participação no Festival Ofélia 2018.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS AOS FINALISTAS DO CONCURSO NACIONAL DA LEITURA E VENCEDORES DO CONCURSO LITERÁRIO “ELOGIO A SOPHIA” – Presente a seguinte proposta: “A Divisão de Bibliotecas

propõe-se realizar duas grandes iniciativas de celebração da leitura e da escrita com os alunos das escolas do nosso Concelho, nos próximos meses de fevereiro e março: - **Concurso Nacional de Leitura 2019 – Fase Municipal**, no âmbito do Plano Nacional de Leitura – Ler +, nos próximos dias 21 e 22 de fevereiro onde serão apurados 16 finalistas (4 por cada ciclo de ensino – 1º, 2º, 3º e ensino secundário) que vão representar Guimarães na Fase Intermunicipal. Como forma de premiar o esforço, dedicação e talento dos nossos alunos, propõe-se a atribuição de um prémio aos finalistas, nomeadamente um voucher da FNAC, no valor unitário de €50. Total da proposta: €800; - **Concurso Literário “Elogio a Sophia”**, promovido no âmbito da Semana Concelhia da Leitura (7 a 15 março) dedicado à figura da grande escritora portuguesa, Sophia de Mello Breyner Andresen. Este concurso já se iniciou em âmbito escolar no passado mês de novembro de 2018 e a sessão de entrega de prémios decorre nas instalações da Biblioteca Municipal Raul Brandão, no próximo dia 7 de março, aniversário da Biblioteca Municipal e arranque do Festival Húmus e da Semana Concelhia da Leitura. Para o efeito propõe-se a atribuição de um prémio aos 4 vencedores apurados (1 por cada ciclo de ensino), nomeadamente com a atribuição de um voucher da FNAC no valor de €50 cada. Total da proposta: €200. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – CANTAR DOS REIS 2019 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO GRUPO CULTURAL E RECREATIVO “OS TROVADORES DO CANO” – Presente a seguinte proposta: “Decorre no presente mês de janeiro a habitual iniciativa promovida por diversas associações culturais que levarão o “Cantar dos Reis” a vários pontos da cidade, visitando sobretudo instituições de cariz social e incluindo em tal percurso os Paços do Concelho. Considerando o exemplo seguido nos anos anteriores e o interesse cultural da iniciativa, que

L.
fr

concorre para a preservação de uma tradição cultural relevante, proponho, ao abrigo do nº 6 do artigo 2º do Regulamento de Atribuição de Subsídios às Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias de Guimarães, a atribuição de um subsídio de €200,00 ao Grupo Cultural e Recreativo “Os Trovadores do Cano”, destinado a compartilhar nos custos de organização da referida iniciativa.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO DE ABAÇÃO -

PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O

Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento de Abação solicitou, a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte dos seus elementos nos dias 19 e 20 de janeiro, a Viseu. Considerando que, se trata de uma deslocação no âmbito de um acantonamento, atividade escutista e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 07 de janeiro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DIVERSOS – ATRIBUIÇÃO DE UM TROFEU PARA O CONCURSO DE GADO

BOVINO DA FEIRA DE SANTO AMARO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara que concedeu um troféu para o Concurso de Gado Bovino das Festas de Santo Amaro, número ímpar deste evento cultural de projeção regional, que reúne anualmente, na nossa cidade, dezenas de produtores de gado da região Norte, implicando um custo para o Município de €49,94. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU
POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A
PRESENTE ATA. -----

domingo Bickman

João Carlos